

COGNITIO JURIS – Vol. 9, No. 27 – Dezembro de 2019

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Volume 09 – Número 27 – Dezembro 2019

ISSN 2236-3009



Imagem: Museu do Louvre (Musée du Louvre) – Paris, França

APRESENTAÇÃO

A Revista Cognitio Juris chega ao seu vigésimo sétimo número trazendo um amplo conteúdo jurídico extremamente atualizado.

As edições da Cognitio Juris são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Constitucional, Internacional, Consumidor, Filosofia do Direito entre outros; afinal de contas, a intenção da Cognitio Juris é – através dos artigos científicos jurídicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento jurídico inter e multidisciplinar moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Cognitio Juris, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

Nossos votos são de um proveitoso estudo.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio

Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO MOVIMENTO LEGISLATIVO “ESCOLA SEM PARTIDO”: UM ESTUDO DE CASO DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP nº 145/2015

Victor Patutti Godoy - Página **035**

A LGPD E A MINORAÇÃO DE ATOS DISCRIMINATÓRIOS E DE MANIPULAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Emmanuel José Ribeiro Bezerra; Markus Samuel Leite Norat - Página **059**

A PERECIBILIDADE DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE ENTRE GOVERNO REPRESENTATIVO E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Rafael Câmara Norat - Página **096**

A SEGREGAÇÃO URBANA E A GESTÃO DE CONFLITOS NA CIDADE

Antonio Rafael Marchezan Ferreira - Página **128**

APROXIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO DIREITO E A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA

João Vitor Ferreira de Faria Negrão - Página **158**

AS CONSEQUÊNCIAS PUNITIVAS DO TRÁFICO DE SEMOVENTES NA LEGISLAÇÃO

AMBIENTAL

Francisco Edmilso de Lima; Rildo Mourão Ferreira - Página 188

AVALIAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO STF, STJ E TJMA A PARTIR DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO PROPOSTA POR LAURENCE BARDIN

Artenira da Silva e Silva; Maiane Cibele de Mesquita Serra - Página 214

CHEGA DE RÓTULOS: OS DIREITOS HUMANOS E A PROBLEMÁTICA IDENTITÁRIA NA QUESTÃO DO GÊNERO

Kaoanne Wolf Krawczak; Joice Graciele Nielsson - Página 261

CORREIO ELETRÔNICO: UMA ANÁLISE DO MONITORAMENTO NO LOCAL DE TRABALHO

Pablo Florentino Fróes Couto - Página 289

DIREITOS SOCIAIS: AUTÊNTICOS DIREITOS SUBJETIVOS, VIRTUALMENTE DOTADOS DE PRETENSÃO E AÇÃO DE DIREITO MATERIAL

Marcos Nassar - Página 322

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: COMO EFETIVAR OS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA ACADEMIA

Kaoanne Wolf Krawczak; Juliana Oliveira Santos; Joice Graciele Nielsson - Página 349

IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA AO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE À PROTEÇÃO AMBIENTAL POR PARTE DO ESTADO-MEMBRO

Maria Cecilia Mendes Pagel Bacha; Beatriz Souza Costa - Página 365

NORMA, MEMÓRIA E ALTERIDADE: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE WEIMAR (1919) E VENEZUELANA (1999)

Renata Celeste Sales; Dimitri Alexandre - Página 387

O ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS À UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR SENSÍVEL AO ECOSISTEMA

Sibeli Pereira da Silva Cotta; Sébastien Kiwonghi Bizawu – Página **415**

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: PUNIR É A SOLUÇÃO?

Glauce Kelly Rodrigues Lopes; Terçália Suassuna Vaz Lira – Página **436**